

SEMANÁRIO

ECCLESIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

Misericórdias: a materialização do «fazer bem» entre o dom, a acumulação e a redistribuição

António Matos Ferreira // Doutor em História Contemporânea / Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa

O sangue e o território, a pertença e a propriedade são alguns fatores em torno dos quais se unem as comunidades humanas, mas também que as podem levar às mais cruéis lutas e destruições de bens e de pessoas. Reduzir e acantonar a violência de uns sobre os outros sempre foi, em todas as sociedades, um objetivo de humanização: isto é, distanciar o ser humano da animalidade e conduzi-lo a uma realização, muitas vezes designada como “elevação do espírito” ou como “desenvolvimento da consciência”. Nesta perspetiva, os padrões religiosos, os mais diversos, entendem-se como contributos éticos em torno de princípios de respeito e de ajuda ao estrangeiro, aos carenciados e desprotegidos (a viúva, o órfão, o doente, o pobre), ao vencido e ao criminoso. É relevante como,



Compromisso da Misericórdia de Lisboa (1º fol.), il. por António de Holanda (atrib.), 1520. Lisboa, Museu de São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

de forma objetiva ou metafórica, se corporizaram socialmente instituições que ao longo dos tempos procuraram fornecer respostas, mais ou menos eficazes, a estas questões que, sendo éticas, implicam comportamentos direcionadas para essas situações.

Apesar de existirem em muitas culturas, religiosas ou não, níveis de dicotomia entre «o corpo» e «a alma», como que duas espacialidades da composição e da realização humana, ocorre que, em torno destas duas expressões, se joga o que se considera perecível e o que se considera permanecer como essencial. Sendo que estas duas instâncias distintas são inseparáveis, permitiram sempre estabelecer uma ordenação de cuidar destas duas facetas, como que realidades, o exterior e o interior. Tal comporta processos de institucionalização, mas



Fotografias: Laura Guerreiro



As obras de misericórdia (vestir os nus, dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede e visitar os presos); frescos, autor desconhecido, ca. inícios séc. XVII. Cabeção (Mora), Igreja da Misericórdia de Cabeção.

também critérios e vivências espirituais, sendo que, em muitas sociedades, como na sociedade portuguesa, surgem camadas sucessivas de organizações cujo desiderato é este cuidar do corpo e da alma, desde as comunidades monásticas até ao associativismo de variado cariz ou aos serviços públicos de assistência. Evidentemente que se trata de organizações muito diferentes, com histórias e percursos muitas vezes em disputa de intervenção e de poder na sociedade.

Como foi anteriormente analisado, uma das expressões mais significativas e duráveis diz respeito ao desenvolvimento do que se pode designar pelas sociabilidades confraternais.

É costume afirmar-se não existir no nosso país praticamente terra alguma onde não se constituiu uma Misericórdia ao longo das últimas cinco centúrias. As suas origens, o seu funcionamento, as suas tutelas e a sua relevância na gestão dos interesses locais ou regionais têm sido objeto de múltiplas e diversificadas

análises. Não se trata, pois, de traçar aqui uma qualquer história detalhada destas instituições centradas na prática da caridade. Todavia, em traços muito gerais, importa destacar que elas são o resultado, entre outros fatores, da conjugação de três vetores: o de cuidar dos necessitados, o de mobilizar a sociedade para essa responsabilidade e o de encontrar formas de sustentabilidade desse agir, isto é, fazer conjugar as vicissitudes económicas do país ou da região com a capacidade de atrair bens, constituir e gerir património. Estas instituições, ao longo dos séculos, evidenciam a estreita correlação entre caridade e atividade económica.

Estruturadas a partir da tradição das sociabilidades confraternais, tiveram desde o início a tutela da Coroa como expressão do poder e da responsabilidade do “príncipe cristão” e, por projeção e mime-

tismo, como dever de quem, tendo posses – riqueza e estatuto – tinha também o encargo de configurar numa “sociedade cristã” a harmonia encarnacional da proteção dos fortes em relação aos fracos, dos ricos em relação aos pobres. O reconhecimento das situações de fraqueza e de pobreza exigiam como que uma reparação que, dirigida ao indivíduo, se revelava determinante para a organização do conjunto da interação dos grupos sociais nas suas diferenças e dependências.

Todavia os processos de secularização fizeram-se sentir aos mais diversos níveis, sendo, certamente o mais relevante, a passagem de uma economia centrada na salvação para uma perspectiva direcionada para a saúde, encarnando dinâmicas higienistas, de

reinserção, de disciplina-
mento comportamental
ou de apaziguamento
social, corporizando pro-
gressivamente a organi-
zação e a sustentabili-
dade de redes, como que
uma primeira instância
do que se designa como
“assistência social”.



Lálide de Recolhimento da Misericórdia de Macau, 1637, Macau.

Neste contexto, a “metáfora do hospital” acompanha a história das Misericórdias, no sentido em que alojar para proporcionar o acolhimento para uma “boa morte”, significava atender às necessidades do “corpo”, mas também da “alma”, isto é, da saúde física, mental e espiritual. Numa conceção da vida como “peregrinação para Deus”, a “pousada” ou o “hospital” são entendidos como instâncias onde se cura e onde se manifesta a «compaixão de Deus» para com o sofrimento humano (cf. por exemplo o *Auto da Alma* de Gil Vicente). Assim, a assistência aos carenciados bem como o tratar dos doentes surge, do ponto de vista social, intimamente associado a uma “economia do dom”, onde a vida do crente está orientada para restituir aos pobres, na diversidade de situações, aquilo que lhes pertence pelo amor criador e regenerador de Deus.



Regra que Nicolau IV deu aos irmãos terceiros e terceiras, 1774(?). Coimbra, Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra.

A este exemplo, outros podem ser acrescentados como a atribuição de dotes às “meninas pobres” ou “órfãs” para que se pudessem casar “honestamente”. Estas iniciativas pretendiam, no seu efeito social, alcançar o estabelecimento de laços necessários a uma vida socialmente considerada válida, em particular no respeitante às mulheres. Do mesmo modo, a integração de jovens abandonados ou delinquentes, pela profissionalização, também encontrou em certas Misericórdias o objetivo de algumas das suas realizações. As Misericórdias, independentemente das flutuações epocais, das influências nas suas lideranças e no seu funcionamento, foram-se tornando uma dinâmica institucional que ilustra como as motivações espirituais aliadas às materiais fornecem e transmitem uma determinada visão do viver social e um determinado padrão ético.

A tutela das Misericórdias constitui uma problemática relevante enquanto factos, conjunturas e interpretações de legitimidade, dirimindo em torno dessa problemática três aspetos principais: o papel do Estado e a autonomia das Misericórdias; o enquadramento confessional – legal e prático – das organizações; o grau de iniciativa e de autonomia da sociedade civil, indivíduos e instituições nas suas relações vinculativas. O impacto das Misericórdias tem de ser percebido como constituindo e, portanto, fazendo parte dos dinamismos intrínsecos da sociedade portuguesa.

É indiscutível o carácter de secularidade que comporta a existência das Misericórdias, sendo que nelas se joga a dialética contemporânea entre caridade e filantropia. Mas, certamente, havendo concorrência entre estes dois termos, existe também uma

convergência e uma intencionalidade comum: responder às necessidades dos carenciados, com particular relevância para a objetivação dessas exigências, as quais se têm diversificado e conflituado com outras instituições.

Uma coisa são os estudos das Misericórdias e a análise crítica da sua memória, outra é a percepção da capacidade indutora e pedagógica destas instituições e das suas realizações.

Trata-se de instituições que captam e gerem “patrimónios para servir a comunidade” – o bem comum –, explicitado na figura do pobre, do necessitado, do carenciado. Neste sentido, têm permanecido – ou sido recorrentemente colocadas como centrais – as questões da pobreza, dos doentes e dos marginalizados como problemas na realização da necessária e imprescindível coesão social. A existência destes problemas torna-se mais presente na consciência individual e social na medida em que estas instituições, no caso as Misericórdias, desenvolvem a sua atividade, cuja origem resulta das insuficiências da organização social. E, neste sentido, são elementos corretores, mesmo se a escassez também atinge este tipo de instituições, particularmente em meios populacionais de menor sinergia entre os indivíduos e os grupos.



Distribuição de comida aos presos. CASTRO, José de – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, 1948.*

A pobreza e as carências são também situações onde se verifica concorrência de protagonismos e de interesses. Contudo, as Misericórdias têm indicado como necessidade a cooperação para manter instituições direcionadas para o acolhimento, a integração e a reinserção, sendo assim, apesar de todas as

limitações, significativos instrumentos de coesão social, apesar de sujeitas às exigências e aos critérios pressupostos nas diversas épocas da sua existência. Por isto mesmo, as Misericórdias são inevitavelmente uma realização, mas também um confronto, interno e externo.

Neste agir importa realçar os elementos «pedagógicos» para o disciplinamento social, no qual também se inscrevem questões em torno da justiça e da solidariedade, tendo necessariamente uma indiscutível densidade política.

As lideranças destas instituições têm sido, do ponto de vista sobretudo local ou regional, formas operativas de acomodação e de ajustamento das concorrências ideológicas confessionais, políticas e económicas das elites locais, o que resulta do grau de autonomia próprio, mas também do facto de serem constantemente observadas e escrutinadas pelo que fazem, por aqueles que as integram e pela imagem que criam, em que a maior apreciação resulta da eficácia em intervir na resolução de situações e de resposta aos pobres e necessitados. Instituições desta natureza apresentam sempre graus de entropia, mas são ajustadas socialmente na medida em que são aptas para traduzir alguma capacidade de introduzir justiça nas relações sociais e de sobrevivência.

Assim, uma Misericórdia, na sua singularidade, ou no seu todo – as Misericórdias –, pretende expressar no seio da organização social a relevância e a eficácia da “caridade enquanto virtude cristã”, isto é, contribuir para um processo de humanização individual e social, quer para os que se organizam para prestarem ajuda, quer para aqueles que se socorrem dela, isto é, traduzir em obras a experiência da misericórdia – o dom – que fundamenta o desígnio comum de se viver, patente naquilo que permanece, isto é, na objetividade do bem que se pode e se deve fazer aos outros – ao necessitado, tomado na maior amplitude das situações de pobreza. 🍌